

DISCURSO DE POSSE DO  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUIZ FUX  
NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
FEV/2018

*“Não pergunte o que o seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país”*. Foi com essa conclamação de amor à pátria que John Fitzgerald Kennedy assumiu a Presidência dos Estados Unidos, em Washington, no inverno de 1961.

É imbuído desse genuíno espírito público, que, hoje, assumo a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, após percorrer todos os degraus da carreira da Magistratura.

O momento é *especial* e *desafiador* para o país: *especial*, porque, em 2018, mais de 140 milhões de cidadãos brasileiros caminham para a arena democrática para escolher, através do voto livre, expressão maior da soberania popular, o projeto de nação para os próximos 4 (quatro) anos.

*Desafiador*, porque teremos uma eleição presidencial que se preanuncia como a mais espinhosa e, porque não dizer, a mais imprevisível desde 1989.

A imensa responsabilidade, portanto, é autoevidente. Mas é também essa responsabilidade que materializa minha realização como agente público.

Rememorando a revigorante passagem de Milan Kundera, em seu clássico “A Insustentável Leveza do Ser”: “[q]uanto mais pesado o fardo, mais próxima da terra está nossa vida, e mais ela é real e verdadeira.”.

A mesma mensagem, colhemos de Fernando Pessoa: “[q]uem quer passar além do Bojador. Tem que passar além da dor”.

Neste momento histórico é dever da justiça eleitoral posicionar-se como co-partícipe da sociedade na sua ânsia virtuosa de transformação do cenário sócio-político brasileiro: *de fazer do passado o símbolo do fim; e do presente o símbolo do recomeço.*

Nação brasileira e demais presentes! Não é novidade e não é incomum dizer que existe verdadeiramente uma crise no país. Existe, sim, um descolamento entre os cidadãos e a classe política. E isso é ruim para a democracia e ruim para o país. O Parlamento, numa democracia, deve ser a caixa de ressonância dos sentimentos de ética, justiça, igualdade e de liberdade almejados pela sociedade, ao desempenhar seu mister, em sua produção legiferante.

A crise de representatividade por que passa a democracia brasileira somente é passível de ser superada pelo próprio povo por meio do voto.

É através do voto que o eleitor, individualmente, e a sociedade, como um todo, escolhem quem vocalizará seus anseios e reivindicações tanto no Legislativo quanto no Executivo.

Uma autêntica democracia não pode prescindir de uma classe política proba e comprometida com os ideários republicanos e democráticos. E uma autêntica democracia deve, igualmente, estimular a participação dos cidadãos, *players* mais relevantes no processo eleitoral.

Todavia, e com o otimismo que carrego em toda a minha vida, creio que essa crise

seja efêmera e passageira e que vamos superá-la, resgatando a credibilidade e a confiança do povo brasileiro nas instâncias majoritárias.

Theodore Roosevelt, em conferência realizada no final do século XIX na cidade de Buffalo, Nova Iorque, ilustra bem o meu sentimento: “[t]oda ventania é presságio de bom tempo, mas nada vale a pena se não conquistado com esforço.”.

Senhoras e Senhores, a atuação proativa do Tribunal Superior Eleitoral estará alicerçada em pilares fundamentais: Aplicar sem hesitação a Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2018 e combater procedimentos artificiais das *fake news*.

**A estrita observância à Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2018** se apresenta como um pilar fundante de atuação do TSE.

A Justiça Eleitoral, como mediadora do processo político sadio, será irredutível na aplicação da Ficha Limpa, conquista popular que introduziu, na ordem jurídica, um instrumento conducente o Brasil a um patamar civilizatório ótimo.

O caráter dúctil do direito, como elegantemente evidenciado por Zagrebelski, não há de legitimar interpretações voluntaristas e francamente contrárias ao espírito da Lei da Ficha Limpa.

O legislador constitucional e infraconstitucional, legitimamente, expungiu da competição eleitoral cidadãos cuja vida pregressa desatenda os imperativos de moralidade e de ética na gestão da coisa pública.

De sorte que os órgãos eleitorais, na qualidade de fiscais da moral procedimental do pleito, devem rejeitar toda e qualquer postulação em desconformidade com o espírito de civismo trazido pela Lei da Ficha Limpa; vale dizer: *“Ficha suja está fora*

*do jogo democrático”.*

Também a corrupção será severamente punida para que os atuais problemas do Brasil, que desfilam nas manchetes de jornais e nos noticiários, representem uma visão longínqua no retrovisor da história.

Queremos um novo Brasil e vivê-lo como a pátria amada significa olhar para o futuro com um novo despertar cívico da alma brasileira. **E uma pessoa corrupta, uma pessoa improba e uma pessoa antiética na vida pregressa não conduz o país para um novo futuro.** Conduz o país para o atraso e para a degradação.

Outro pilar fundamental é o nosso **compromisso de combater procedimentos das fake news.**

As eleições têm experimentado a luta entre a virtude e a ira. Os exemplos de eleições no exterior evidenciam que os competidores do prélio eleitoral preferem destruir a honra alheia através de notícias falsas, principalmente por meio digital, a revelar as suas aptidões e qualidades para oferecer um Brasil melhor.

Notícias falsas, as *fake news*, derretem candidaturas legítimas. Uma campanha limpa se faz com a divulgação de virtudes de um candidato sobre o outro, e não com a difusão de atributos negativos pessoais que atingem irresponsavelmente uma candidatura.

Apesar disso, não se pretende tolher a liberdade de expressão e de informação legítima do eleitor. Liberdade de expressão é pressuposto para a viabilidade de qualquer regime que se intitule verdadeiramente democrático.

O papel do TSE, portanto, é o de neutralizar esses comportamentos

anti-isonômicos e abusivos.

No combate às *fake news*, senhoras e senhores, a imprensa estará conosco na linha de frente.

A nossa imprensa nos auxiliará como a fonte primária da aferição da verossimilhança da notícia. Será nossa primeira parceira nessa empreitada.

Haverá, ainda, uma força tarefa de inteligência e de ação: Agências de Inteligência governamental e das Forças Armadas, especialistas nacionais e internacionais, as principais empresas de mídias sociais coadjuvados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, sempre e sempre respeitada a liberdade de expressão e de informação dos eleitores.

No âmbito **administrativo** do Tribunal, vamos criar a **Academia da Democracia**, composta por integrantes do meio jurídico-político e da sociedade civil, destinada a realizar eventos, de modo a perfeição nosso sistema governamental.

Mas não é só. Nesse campo de participação da sociedade, utilizando-nos da própria Escola Judiciária Eleitoral, erigiremos três programas fundamentais: **(i) Políticos do Futuro**, **(ii) Inclusão Legal** e **(iii) Justiça Itinerante (Caravana Eleitoral)**.

O primeiro – **Políticos do Futuro** – será implementado através de curso de formação dos jovens que pretendam ingressar na política pelos nobres motivos de idealizar e realizar um país melhor.

A seu turno, a “**Inclusão Legal**” consistirá num programa de informação aos alunos dos educandários onde funcionam juízos, nas mais longínquas comarcas

dos rincões brasileiros. Nesse programa, serão ministradas, através de convênios com a OAB e as Escolas da Magistratura, lições sobre democracia e direitos fundamentais.

Assim, desde os albores da vida colegial, meninas e meninos brasileiros terão noções de igualdade, de inviolabilidade do domicílio, de cidadania e tudo o mais que a capacidade intelectual desses pequenos-grandes brasileiros suportar.

Por fim, no campo social, e também através de convênios com as Escolas da Magistratura e a OAB, iniciaremos a *“Justiça Eleitoral sobre rodas”*, com multifárias funções.

Essas iniciativas são, a um só tempo, ousadas e plenamente factíveis.

No exercício da função **jurisdicional**, balizaremos a nossa atuação no respeito à soberania popular, à igualdade de chances entre os candidatos, à democracia e ao republicanismo, realizando a justiça de forma minimalista, isto é, a justiça deve coadjuvar a festa da democracia, intervindo apenas e tão só nos casos de infrações que mitiguem esses pilares essenciais.

A hiper-judicialização de mazelas insignificantes do jogo democrático abarrotam os tribunais eleitorais, perpetuam candidaturas ilegítimas e empobrece a democracia.

A atuação minimalista da Justiça Eleitoral realiza o que preconizado por Ludwig Rohe, um dos maiores expoentes do movimento arquitetônico alemão conhecido como Bauhaus: *“O menos é mais”* ou ainda segundo o adágio popular *“eleições se vencem nas urnas e não no tribunal”*.

No campo **institucional**, creio como profissão de fé, que uma gestão eficiente do Tribunal reclama a interlocução permanente e a efetiva cooperação com os Poderes da República.

A concepção de um Brasil novo há de ser fruto da vontade una e indivisível dos três poderes que, embora independentes, respeitam cada um a função do outro, sem que o exercício das competências constitucionais seja artificialmente considerado como fonte de crise institucional.

As competências constitucionais devem ser exercidas com insulamento, e não como uma falsa harmonia travestida de condescendência.

Afinal, os três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, devem ter um projeto, um pacto democrático e republicano de felicidade e de solidariedade pelo país, cientes de que não há democracia sem política.

James Madison já entrevira esse pacto de felicidade, na clássica obra “O Federalista”: “[u]m bom governo pressupõe duas condições: primeiro, fidelidade a seu objetivo, que é a felicidade do povo; segundo, um conhecimento dos meios pelos quais o objetivo pode ser melhor atingido.”

A solidariedade imanente aos brasileiros é extensiva aos seus homens públicos sob a forma de solidariedade patriótica, atributo iluminado pelas palavras de Kofi Annan ao receber o prêmio Nobel da Paz em 2001: “[a] maioria de nós possui identidades sobrepostas que nos unem a grupos diversos. Podemos amar quem somos, sem odiar o que – e quem – não somos. Podemos prosperar em nossa própria tradição, mesmo enquanto aprendemos de outras”

É hora de encerrar!

Agradeço as palavras dos meus amigos Ministro Napoleão Maia, da Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, e Cláudio Lamachia, advogado e Presidente do CFOAB, que me saudaram de forma lisonjeadora e emocionante conferindo-me honra maior do que eu merecia.

Tenho a certeza de que não caminho sozinho. Tenho em minha companhia a firmeza, a lisura e a cumplicidade institucional da Ministra Rosa Weber, Vice-Presidente, que está comigo nesta empreitada com a fidelidade e a fidalguia que lhes são peculiares. Uma mulher discreta, inteligente e notável.

Tenho a dedicação em coadjuvar-me nessa empreitada patriótica dos Ministros titulares e substitutos da casa: Os Srs Ministros Luis Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Napoleão Nunes Maia, Og Fernandes, Jorge Mussi, Luis Felipe Salomão e os juristas, Admar Gonzaga, Tarcísio Vieira de Carvalho, Sergio Banos e Carlos Hobach.

Esta passagem de bastão pelas mãos do ex-Presidente Ministro Gilmar Mendes, faz assaltar-me de forma exacerbada a responsabilidade de prosseguir no profícuo trabalho até então realizado, antecedido das exemplares administrações da Ministra Cármen Lúcia e do Ministro Dias Toffoli, que no dia de ontem viu consagrado seu projeto da identificação nacional.

Se é grande a responsabilidade, conforta-me a sensação do êxito pela força espiritual dos que me auxiliam com as mãos e o coração, e o amor ao meu país, porquanto “juízes sem esperança deixam a Constituição ao desabrigo” .

Senhoras e Senhores, um homem é, na vida profissional, aquilo que é como ser humano.

Fui criado num lar solidário, em que as palavras que gravitavam em meu ambiente familiar, eram justiça, independência, caridade, verdade e amor ao país.

Nesta nova função, o que me inspira é o amor.

O amor ao meu país, que aprendi com o meu saudoso pai, imigrante exilado da perseguição nazista, cujos amores maiores que guardava no seu órgão de fé eram a sua família e o Brasil, país que o recebera e que o permitiu sair do flagelo ao nível de sobrevivência digna.

O amor à minha mãe, Lucy Fux, que aqui não pôde comparecer, pelas sábias palavras que nutriram a minha independência conquanto ser humano e magistrado.

O amor à minha família; melhor parte de mim mesmo, a começar pela minha mulher e cúmplice há mais de 40 anos, Eliane Fux, a querida Anne, que tem os mais singulares atributos éticos, morais e familiares que o universo feminino conhece, e aos meus amados filhos e netos aqui presentes.

A essa família se somam minha nora, meu genro.

O amor fraternal aos amigos que hoje estão aqui presentes e que acompanharam de perto a minha caminhada como promotor, juiz e professor.

Encerro agradecendo a Deus por ter nascido Brasileiro e justo. E este último ato de gratidão, o faço através de excertos que retirei das palavras do poeta Fernando Rizzolo:

AMAR O BRASIL É ENTENDER O BRASIL.  
É GRITAR DE SAUDADE QUANDO LONGE SE ESTÁ.

TER AMOR AO BRASIL É SER GENEROSO, ENTENDER QUE NEGRO,  
BRANCO E ÍNDIO UM SÓ SE TORNARAM E DESENHARAM UM POVO QUE  
CHORA E GOSTA DE DEUS.

AMAR O BRASIL É ENTENDER AS FAVELAS, LUTAR PELOS POBRES,  
PERDOAR O PASSADO.

AMAR O BRASIL É NÃO PERDER A ESPERANÇA DE PODER A CADA DIA  
CONSTRUIR UMA PÁTRIA QUE SEJA MAIS JUSTA, MAIS ÉTICA E AMADA,  
ABRAÇANDO COM AMOR NOSSO FILHO GENTIL, ESSE AMADO PAÍS  
CHAMADO

## **BRASIL.**

Que Deus nos proteja!

Muito obrigado!